



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS ARRAIAS
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: ARTES VISUAIS E MÚSICA**

IRUAM ADÃO ALVES

**O TRANSPORTE ESCOLAR NA ZONA RURAL: DESAFIOS ENCONTRADOS
PELOS ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR OSVALDO A.
de SOUZA, BARREIRÃO/ CAMPOS BELOS (GO)**

Arraias – TO

2024

Iruam Adão Alves

**O transporte escolar na zona rural: desafios encontrados pelos
estudantes da Escola Municipal vereador Osvaldo A. de Souza,
Barreirão/ Campos Belos (GO)**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Arraias, Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Artes Visuais e Música. Foi avaliado para obtenção do título de licenciado e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Prof^a Dra. Sílvia Adriane Tavares de Moura

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema
de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

A474t Alves, Iruam Adão.

O transporte escolar na zona rural: Desafios encontrados pelos estudantes da Escola Municipal Vereador Osvaldo A. de Souza, Barreirão/ Campos Belos (GO).
/ Iruam Adão Alves. – Arraias, TO, 2024.

41 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Arraias - Curso de Educação do Campo, 2024.

Orientadora : Professora Dra. Sívia Adriane Tavares de Moura Moura

1. Escola do campo. 2. Transporte Escolar.. 3. Desafios. 4. Aprendizagem. I.Título

CDD 370.91734

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha e catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Iruam Adão Alves

**O TRANSPORTE ESCOLAR NA ZONA RURAL: DESAFIOS
ENCONTRADOS PELOS ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL
VEREADOR OSVALDO A. de SOUZA, BARREIRÃO/ CAMPOS BELOS
(GO)**

Data de aprovação: __/ __/2024

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Arraias, Curso de Licenciatura em Educação do Campo na área de Artes Visuais e Músicas. Foi avaliado para a obtenção do título de licenciado e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Membros da mesa avaliadora

Professora Dra. Sílvia Adriane Tavares de Moura – Orientadora- UFT

Professor Dr. Gilberto Paulino de Araújo (Membro Interno – UFT)

Professora Dra. Janaina Santana da Costa (Membro Interno -UFT)

Dedico este meu trabalho a todos que me apoiaram, em especial minha esposa Maria Divina e ao meu filho, a quem pretendo servir como exemplo de força e dedicação na busca pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Sobretudo, a Deus que eu creio;

Ao meu pai, pelo esforço de me criar e educar com afeto;

A minha mãe, por todo amor, carinho e motivação;

A minha esposa Maria Divina, por todos os sonhos e realizações compartilhados;

Ao meu filho, pelas desculpas concedidas em decorrência dos momentos de ausência;

A minha orientadora que foi firme e presente na minha luta pelo conhecimento;

Aos meus familiares em geral;

Aos amigos.

RESUMO

O presente estudo refere-se a uma pesquisa realizada junto ao curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música pela Universidade Federal do Tocantins, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Este trabalho monográfico evidencia as dificuldades encontradas pelos estudantes usuários de transporte escolar, para chegarem às escolas onde buscam o conhecimento básico para o exercício da cidadania. O estudo ocorreu no município de Campos Belos (GO), divisa com o estado do Tocantins, com estudantes da Escola Municipal Vereador Osvaldo A. de Souza, Barreirão/ Campos Belos (GO) os quais moram em localidades de difícil acesso, ou seja, cujas estradas são vicinais, ou parte do caminho do estudante o é. Verificou-se a oferta e qualidade do serviço público prestado pela prefeitura, como os alunos sentem-se ao ser transportados e como a qualidade do serviço apoia essa busca pelo saber sistemático, oferecido pela escola nuclear que frequentam. O estudo contou com uma base teórica de Caldart (2012), Arroyo (2007), Pegoretti (2005) entre outros. A metodologia adotada neste estudo é de uma pesquisa qualitativa, e a elicitação se deu por meio de questionários escritos com alunos que utilizam o transporte escolar, professor e gestor da escola onde são recebidos os alunos transportados. Diante disso, verificou-se que desafios como a qualidade das estradas que causam inconstância do transporte escolar, atrasos e outros itens, impactam no rendimento escolar dos estudantes.

Palavras-chave: Escola do Campo. Transporte Escolar. Desafios. Aprendizagem.

ABSTRACT

The present study refers to research carried out during the Degree in Rural Education: Visual Arts and Music at the Federal University of Tocantins, as a Final Paper Work (TCC). This monographic work highlights the difficulties encountered by students using school transport to reach schools where they seek basic knowledge to exercise citizenship. The study took place in the municipality of Campos Belos (GO), bordering the state of Tocantins, with students from Escola Municipal Vereador Osvaldo A. de Souza, Barreirão/ Campos Belos (GO) who live in difficult to access locations, i.e. whose roads are secondary, or part of the student's path is. The supply and quality of the public service provided by the city hall was verified, how students feel when being transported and how the quality of the service supports this search for systematic knowledge, offered by the nuclear school they attend. The study had a theoretical basis from Caldart (2012), Arroyo (2007), Pegoretti (2005) among others. The methodology adopted in this study is qualitative research, and the elicitation took place through written questionnaires with students who use school transport, the teacher and manager of the school where the transported students are received. In view of this, it was found that challenges such as the quality of roads that cause inconsistent school transport, delays and other items, impact students' academic performance.

Keywords: Country school. School bus. Challenges. Learning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 AS ESCOLAS RURAIS NO BRASIL.....	15
2.1. Escola do e no Campo – diferentes concepções.....	17
3 OS PROGRAMAS DE TRANSPORTE ESCOLAR.....	21
3.1 Estudos realizados acerca do transporte escolar rural.....	24
4 CONTEXTO DA PESQUISA.....	26
5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	30
5.1 Caracterização da pesquisa.....	30
5.2 Os participantes/colaboradores.....	31
6 OS DADOS E ANÁLISE.....	33
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICES.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Participante P1G	p.33
Quadro 2: participante P2P.....	p.34
Quadro 3: participante P3 de P3.1 a P3.....	p.35-37

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Demonstrativo de aprendizagem.....p.28

Figura 2: Demonstrativo do IDEB.....p.29

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a educação nunca chegou fácil para todos ou de igual modo. O que tange ao homem rural, então, não se encontra, no Brasil, muitas histórias de êxito no que diz respeito à acessibilidade e permanência, ao longo de sua trajetória.

Assim, a fim de conhecer uma parte dessa história referente ao entorno dessa Universidade, este estudo focou em saber sobre o transporte escolar e suas implicações na escolarização dos estudantes que vivem no campo, e, por conseguinte, trazer à tona as dificuldades enfrentadas por estudantes da Educação Básica, moradores da zona rural que estudam na zona urbana, ou em escolas nucleares rurais, levados por ônibus escolares e outras conduções estipuladas para o transporte.

Sendo este pesquisador (o autor) um agente desse transporte, trabalhando há, aproximadamente, dez anos como condutor desse meio, vivenciando a caminhada dos alunos transportados para a escola dos povoados ou da cidade, suscitou a vontade de saber como esses estudantes percebiam suas lutas diárias em busca do conhecimento, em uma escola distante de suas moradias. A motivação para essa pesquisa, então, nasceu da vivência nesse contexto de ir e vir para/da escola por um veículo oferecido pelo poder público municipal. Também interessou verificar como esses estudantes respondiam à demanda da aprendizagem, passando por tantos percalços, vivido, de certo modo, pelos que estão atrás dos volantes desses veículos. E, ainda, conhecer como as pessoas envolvidas em educação verificam as dificuldades dos alunos para estarem presencialmente na escola.

Eu, enquanto estudante não vivi esse traslado, pois nasci em Campos Belos, na zona urbana e nela me criei, sem depender dos ônibus ou outro para chegar às escolas. Não tive essa experiência de sentar-me nos bancos de passageiros, mas sim no banco do condutor, carregando a responsabilidade de entregar as crianças em segurança, tanto na escola, quanto nas residências, tendo de superar tantas barreiras como de estradas impróprias, veículos inadequados e outros mais. Foi esclarecedor conhecer como sentem os diretamente expostos às condições do transporte escolar, que, mesmo tendo melhorado muito, conta, ainda, com demandas a serem resolvidas.

Esclarecemos que a Universidade Federal do Tocantins (UFT) a que nos referimos se situa em Arraias, porém atende parte do Estado de Goiás, mais

precisamente oferta seus cursos a população de Campos Belos, Monte Alegre, além de outras cidades do estado do Tocantins que fazem divisa com Goiás. Assim, toda essa região é parte interessante aos pesquisadores/ estudantes da UFT. Assim sendo, foi escolhida uma escola nuclear que é a Escola Municipal Vereador Osvaldo A. de Souza, Barreirão/ Campos Belos (GO). Essa é uma comunidade rural (distrito), que pertence ao município de Campos Belos, na divisa com Novo Alegre (TO).

As perguntas de pesquisa giram em torno de como se dá o transporte. Além de responder às perguntas elencadas, a pesquisa objetivou analisar, também, a qualidade do transporte escolar oferecido pelos órgãos públicos e se esse transporte atende realmente à demanda, atendendo 100% dos moradores da região marcada, em idade escolar.

Assim, o objetivo geral centra-se em conhecer quais são os problemas mais recorrentes que os estudantes enfrentam e como esses impactam no ensino aprendizagem e são traduzidos em resultados escolares desse segmento, dependente desse transporte. E como objetivos específicos elencam-se:

- Conhecer e expor o contexto sócio-histórico da região pesquisada;
- Identificar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, ao longo do caminho;
- Investigar como a condição dos transportes existentes na região afeta a vida dos estudantes;
- Apresentar as concepções do gestor, do educador sobre como o transporte oferecido interfere nos resultados dos alunos, estendendo-se à Unidade Escolar;
- Conhecer as concepções dos estudantes transportados sobre o transporte escolar oferecido a eles;
- Apontar os índices de aprendizagem adequada da escola.
- Relacionar os resultados dos alunos com as condições a que estão expostos.

Nesse item, o trabalho conta com dados colhidos entre os estudantes, professor e gestor da escola que recebe os estudantes, cujas elitações ocorreram por meio de questionários escritos, aplicados ao gestor da Escola, a uma professora e aos estudantes, sendo oito dos alunos que usam o transporte da zona rural para o povoado

Para apontar as bases teóricas e os resultados, o trabalho monográfico se

organiza em capítulos e são assim nomeados: Escolas rurais no Brasil; Os programas de transporte escolar; Contexto da Pesquisa; Metodologia da pesquisa; Dados e análises; Conclusão.

Quanto aos resultados, os dados da pesquisa apontam para desafios no tocante à eficácia dos transportes, como coadjuvante da aprendizagem adequada. Isso tendo em vista que há empecilhos relativos às estradas em que trafegam, causando ausência das aulas e outros elementos não positivos para os alunos, apesar de se constituírem fundamentais para esse traslado até a escola. Quanto aos impactos desses problemas, os entrevistados afirmam que eles existem, uma vez que as avaliações externas apontam para uma parcela da aprendizagem adequada ainda não conquistada pelos alunos, o que não conta com o desânimo dos responsáveis que buscam os meios para contornar esses desafios e promoverem a aprendizagem.

Com este estudo visamos contribuir com o conhecimento dos estudantes universitários sobre o transporte escolar e suas especificidades, com a Escola pesquisada, com o Município de Campos Belos, administrador geral da educação urbana e rural, dando-lhes dados fidedignos sobre o assunto e condições de refletir sobre como melhorar cada vez mais essa política pública.

2 AS ESCOLAS RURAIS NO BRASIL

Contrapor a escola rural e urbana parece-nos indispensável, uma vez que a própria construção histórica da escola rural, segundo afirma Arroyo (2007) se firmou com base em princípios de diferenciação e classificação em relação à escola urbana. Além do mais, é em perseguição ao modelo urbano que vai o jovem estudante transportado.

No decorrer de sua história, o Brasil não deu importância aos povos do campo, muito menos à educação rural. Foi um país de cultura agrária, porém, os interesses relacionados à educação estavam voltados para as classes emergentes, relegando a população rural a uma situação de abandono.

Segundo Pegoretti (2005), nos primeiros anos do século XX, no que tange à rede de ensino brasileira, havia programas para a construção de escolas no meio rural, as chamadas escolas isoladas. Tais escolas surgiram com intuito de conter o êxodo rural, por meio da fixação do homem no campo, pela difusão do ensino.

Já no início do século XX, quando as migrações aumentaram de intensidade (êxodo rural), começou a ser cogitado um movimento de difusão do ensino no meio rural como mecanismo de contenção da migração e que se constituiu no que muitos autores denominam de ruralismo pedagógico, que se fundamenta em uma visão dualista entre o rural e o urbano, em um ensino baseado nas especificidades do meio rural. (Pegoretti, 2005, p.28)

Partindo desse pressuposto, o movimento do ruralismo pedagógico pensou uma escola que atendesse as especificidades rurais e na qual o estudante pudesse aprender ler e escrever, estando, concomitantemente, em contato com as especificidades do campo.

Assim, a escola rural isolada nasceu fadada a ser momentânea e mero instrumento ideológico do contexto agrário. Conforme também apontam Souza-Chaloba e Moraes (2022), o problema da Educação Rural brasileira, pelo menos no referente ao ensino primário, recebeu notoriedade a partir da década de 1930, ou seja, no século XX. O Movimento da Ruralização do Ensino somado às políticas federais para o setor deu propulsão necessária para esse estabelecimento. Esse movimento de ruralização era composto por indivíduos que “ocupavam

diferentes lugares sociais e visava promover a circulação de suas ideias e a consecução de seus objetivos, valendo-se, para isso, de diversas ações, com o objetivo de implementar a educação ruralizada". (Souza-Chaloba e Moraes, 2022)

Naquela economia brasileira tipicamente rural, se destacavam dois estados, sendo eles Minas Gerais e São Paulo, assim, essa designação 'Escola Rural' cumpre um percurso diferente, nos lugares onde ela vai se firmando. Conforme ratificam Souza-Chaloba e Moraes (2022, p.67)," em Minas Gerais a denominação "escola rural" foi utilizada, pela primeira vez na legislação educacional, em 1892 (Lei nº 41, de 13 de agosto)", e por volta de 1917, a legislação educacional paulista adotou o termo "escola rural" para nomear os estabelecimentos de ensino primário localizados nas propriedades agrícolas e/ou nos núcleos coloniais.

É certo que essa classificação foi também assumida em outros estados brasileiros, nas primeiras décadas do século XX. Essa nomeação ajudou a produzir a escola primária rural em sua especificidade (identidade), dando-lhe visibilidade e acentuando sua diferenciação em relação à escola urbana (principalmente os grupos escolares e as escolas reunidas). Juntamente com a distinção espacial, ocorreu a diferenciação pedagógica. Nas escolas rurais (do tipo isoladas), um programa de ensino mais simplificado e a duração do Curso Primário reduzida a dois ou três anos. (Souza- Chaloba e Moraes, 2022, p.66)

Como se vê, as nomenclaturas estão compostas por ideias nelas embutidas e, quanto à escola rural significava ter simplificação em seu funcionamento e manutenção dos povos no campo.

No concernente ao estado de Goiás, que para a época e assunto é também estado de Tocantins, não existente separado ainda, são raras informações sobre esses acontecimentos, mas Menezes (2014) nos situa, informando que

No estado de Goiás que até meados do século XIX tinha uma população predominantemente rural e não tinha a educação como prerrogativa para seu crescimento social e econômico, e tampouco se preocupava com a diversidade dos ambientes escolares existentes em seu território, o avanço no número de pessoas atendidas pelos serviços educacionais não foi diferente do histórico nacional. (Menezes, 2014, p.26)

No contexto brasileiro, tudo caminha muito lento, quando o item é educação. Assim, verifica-se, diante das informações, que essas especificações escolares levaram muito tempo para que sofressem pequenas mudanças. A Lei de Diretrizes e Bases de 1961, por exemplo, pouco significou na garantia do direito à educação dos trabalhadores rurais. Essa Lei reforçou, apenas, a obrigatoriedade dos proprietários, ou de criarem

escolas, ou de facilitarem a frequência das crianças nas escolas próximas às suas propriedades, nada que desse qualidade ao ensino, ou ao trabalho docente.

Segundo Bezerra Neto (2016), no tratamento dado à educação rural, mesmo já no contexto dos anos de 1950, não havia nenhuma dignidade, nem mesmo no referente ao seu docente que era considerado apenas um “profissional” a espera de uma oportunidade de ascensão na carreira, não tinha apego pela escola situada no campo. Assim,

Mesmo que se reivindicasse uma educação diferenciada, a educação rural era tratada com certo desprezo, sendo o professor rural visto como um nômade à espera da oportunidade de se firmar na profissão e obter um lugarzinho na primeira cidade que o acolhesse. Nos textos do INEP, publicados no ano de 1950, podemos constatar que a posição de um professor rural era considerada inferior ao do professor urbano visto que, segundo tal concepção, os professores rurais eram ambiciosos e desejavam transferir-se para a cidade, mesmo quando nascidos no interior. (Neto, 2016, p. 80)

Ainda, conforme Neto (2016), mesmos os salários dos professores rurais eram muito mais baixos que o do professor urbano, tendo em vista que o trabalho do primeiro era considerado “uma moleza, porque a maior parte do que eles ensinavam aos seus alunos era de conhecimento de todos, mesmo do trabalhador rural analfabeto, ou então, este ensinava apenas processos primários como ler e escrever.” (Neto, 2016, p.80)

Desse modo, entre 1970 e 1980 a expansão do ensino de 1º Grau chega ao meio rural, ainda restrito aos anos iniciais de escolarização, movimentando poucas estruturas. Nota-se que tal expansão realizada pelos governos estaduais e municipais não conseguiu acabar com os problemas das escolas elementares. A precariedade e as péssimas condições de ensino e trabalho dos professores continuaram.

Porém, o campo se movimentou e de acordo, ainda, com Souza-Chaloba e Moraes (2022) nas proximidades da passagem do século XX para o XXI, os movimentos sociais no campo e as lutas dos trabalhadores pela terra, contribuíram significativamente para o surgimento de novas concepções e propostas pedagógicas que privilegiaram a noção de educação “do” campo. Com esse advento, algumas dimensões começam a se transformar.

2.1 Escolas do e no campo- diferentes concepções

Indubitavelmente, um dos principais marcos da década de 1980 foi a promulgação da Constituição Federal de 1988. No seu artigo 208, encontram-se as obrigações do Estado, no que se refere ao oferecimento do ensino público. E essa Carta Magna de 88 reconheceu muitos direitos, inclusive direitos específicos para os povos do campo, o que

resultou na Educação do Campo como uma modalidade da educação escolar, levando, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 a estabelecer a Educação do Campo como uma modalidade da educação escolar.

De acordo com Caldart (2012), esse resultado advém, logicamente, de lutas dos movimentos sociais do campo, os quais formaram o Movimento Nacional por uma Educação do Campo. Um dos precursores é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, segundo Caldart (2012), protagonizou esse movimento, “entendendo que a luta pela educação era tão importante quanto a luta pela terra.”

Caldart (2012, p.259) esclarece que a mudança paradigmática ocorre com o surgimento da nomenclatura ‘Educação do Campo’ que nasceu como ‘Educação Básica do Campo’, durante a preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, estado de Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998.” A Educação do Campo resultou em uma mudança significativa, ou seja, de uma educação “para” o campo a uma educação “do” campo. Dessa forma, tem-se: “[...] Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (Caldart, 2012, p. 259).

Na visão de Campos (2012, p. 237), a educação *no campo* sempre foi instituída pelos meios oficiais e almejando a escolarização como instrumento de “adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano”. Assim sendo, não passou de “um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade.”.

Dessa maneira, pode-se dizer que escola *no campo* e a escola *do campo* possuem diferenças substanciais, visto que *do campo* é situada na área rural ou até urbana, atendendo as pessoas do campo, em suas expectativas, cujos planejamentos, coordenação e gestão são, muitas vezes, executadas por seus próprios sujeitos, que pensam que querem produzir saberes e se desenvolver dentro de um espaço próprio. Enquanto isso, a escola *no campo* se destina às pessoas cuja atividade agrícola é representada como um principal meio de sustento, ou seja, são todas as pessoas que vivem e trabalham no campo, de onde percebem seus rendimentos, advindos do labor campestre.

Diante disso, pode-se depreender que aquelas escolas rurais, criadas no início do século XX, constituíram não mais que estratégias para conter a migração do campo para a cidade. Nelas se oferecia uma educação tipicamente instrumental, reduzida ao atendimento de necessidades educacionais básicas ou elementares. Essa modalidade

permitia uma divisão bem demarcada entre o homem rural e o homem citadino.

No cenário do século XXI, permeado pela comunicação alargada e ampla modernização das tecnologias, em geral, parece perceptível que o estudante que vive na zona rural não aceita mais saber apenas o que se exige dele para ser “um sujeito no campo”. Na busca por conhecimentos mais elaborados e que atendam seus anseios, esse estudante busca uma escola que possa atender o jovem “do campo”. Assim, muitas vezes, passa a ser um usuário/utente do transporte escolar rural, mesmo enfrentando algumas peripécias ainda não solucionadas, embora já melhoradas, segundo algumas pesquisas logo mais citadas.

Na perspectiva de que os estudantes transportados são, em quase totalidade crianças, adolescentes, jovens, enfim', e, por isso, deve-se dizer que esse segmento transportado é plural em suas perspectivas de futuro, sempre foi. A juventude constitui-se, sempre complexa.

Considera-se jovem a faixa etária entre 15 e 29 anos. No entanto, juventude já constitui um conceito marcado pela complexidade. Castro (2012), por exemplo, ratifica a definição do termo juventude como não homogênea. De acordo com ela, diversos estudos podem apontar para essa pluralidade e complexidade que envolve a definição desse conceito.

Dessa forma, Menezes (2016, p.198) afirma: “Sabemos que o jovem do campo, ainda é um sujeito difícil de ser discutido, tendo em vista sua complexidade sociocultural e sua pouca representatividade nas pesquisas, no que concerne a suas dinâmicas culturais e sociais”.

Mas, partimos do ponto que há, no universo que impera gargalos que impulsionam o adolescente, o jovem do campo a se transportar para a cidade em busca de estudo e de aprendizagens que são questões ligadas ao mundo do trabalho e outras oportunidades estudantis, além das que recebem na rotina de uma escola ruralizada e isolada. Pois,

Aprendemos a vida toda, porque aprendizagem e vida se confundem. De certa forma, aprendizagem é o modo que temos de nos atualizar constantemente em face à realidade, suas mudanças e novos desafios, bem como de nossa idade. Num lado, nossos esquemas mentais de entendimento da realidade nunca são completos, porque são modelagens reducionistas, cujo protótipo mais comum é a teoria científica: um ordenamento mental do que a realidade seria – não ela toda, mas suas estruturas mais fundamentais, dentro da expectativa (positivista) do método. Noutro, temos a capacidade de refazer tais esquemas sempre, desde que nos mantenhamos de cabeça aberta. Para Piaget (1990), aprender seria precisamente essa habilidade de, percebendo que um esquema não é mais suficiente, formular outro mais abrangente, e assim sucessivamente – aprende-se com as divergências muito mais do que com consensos, que, ao

trazerem conforto, tendem a se cristalizar. (Demo, 2018, p.64)

Pode-se dizer que a juventude do campo é uma parcela da população inserida em sua realidade social, política, cultural que demanda mais cuidados e olhares atentos sobre suas perspectivas. Essa juventude está envolvida, muitas vezes, nas questões do seu universo camponês, porém considerando as condições trazidas pelas mudanças na dinâmica do campo.

Pode ser que ela tenha o olhar voltado para outras dimensões da vida humana, como consumir e “competir” com outros jovens não só de seu universo, mas de todos os outros, em condições de igualdade, por isso luta em prol de uma socialização mais abrangente, com maiores desafios de convivência com e nos diversos meios.

Desse modo, cabe ao Estado prover “equidade” aos estudantes, conforme prevê a CF, artigos 205, 206, o que pressupõe uma preocupação com processos justos, tendo a educação de todos a mesma importância. Nessa busca pela oferta da equidade, vem o transporte escolar que se apresenta como uma alternativa para o deslocamento do estudante para seu local de aprendizagem escolar.

3 OS PROGRAMAS DE TRANSPORTE ESCOLAR

Segundo Vasconcelos (1992), alguns problemas, como a oferta insuficiente de escolas, o porte dos prédios, os quais eram, além de minúsculos, malconservados, a má qualidade de ensino e ainda a dificuldade de realizar supervisão, a existência de salas multisseriadas com ensino restrito até a 4^a série e o alto índice de evasão levaram à falência as chamadas escolas rurais isoladas. Muitas dessas foram substituídas.

Surge assim, na tentativa de reduzir essas discrepâncias, o processo de nucleação das escolas, que foram agrupadas em áreas urbanas ou áreas rurais mais desenvolvidas, nas quais havia demanda suficiente para sustentá-las.

Os pesquisadores Carvalho; Leite; Nascimento (2016) afirmam que uma das políticas de destaque adotada para a educação da área rural no Brasil foi essa que tratou do processo de nucleação do sistema educacional brasileiro. De acordo com esses autores, tal processo consistiu em agrupar pequenas escolas e classes, as chamadas escolas isoladas das áreas rurais, em um prédio central, geralmente situado na área urbana, ou em áreas mais centrais localizadas entre as fazendas e as comunidades.

O processo de nucleação foi desenvolvido buscando-se a melhoria do sistema educacional e a igualdade de condições para a escola do campo frente à urbana. Entretanto, esse processo de nucleação foi e é criticado, uma vez que retira o aluno da área rural, e além disso, o processo de nucleação tornou o aluno das áreas rurais ainda mais dependente do transporte escolar para acessar as escolas, em função da distância que as unidades de ensino passaram a estar perante seus alunos.” (Carvalho; Leite; Nascimento, 2016, p.120)

Sob a perspectiva de Arroyo (2007) essa transferência para a área urbana da educação rural se deu devido o sistema escolar brasileiro ser urbano e apenas assim ser pensado. Segundo Arroyo (2007), “a formulação de políticas educativas e públicas, em geral, pensa na cidade e nos cidadãos urbanos como o protótipo de sujeitos de direitos.” Para esse autor, há uma idealização da cidade como o espaço civilizatório por excelência.

Porém a nucleação não teve volta. Com o seguimento dos aspectos da agora educação do campo, surge a demanda de deslocamento, e a necessidade de garantir o acesso dos estudantes às unidades de ensino, e se ampliam os programas de transporte escolar. Junto com isso nascem os problemas no traslado dos estudantes que passaram a permanecer muito tempo dentro dos veículos.

É preciso apontar que o paradigma da nucleação nem sempre foi bem avaliado por todos que tratam do assunto, entendendo que adotar o paradigma urbano pode não ser o ideal para o atendimento do estudante do campo. Sobre tais processos, e ao abordar a formação de professores para as escolas do campo, Arroyo (2007) questiona a troca do professor pelo aluno nesse ir e vir:

As políticas de nucleação de escolas e de transporte das crianças e adolescentes do campo para as escolas das cidades radicalizaram essa prática e esse paradigma urbano. Os profissionais não teriam que se deslocar ao campo por umas horas e trabalhar nas precárias e dispersas escolas rurais, nem seria mais necessária qualquer adaptação à realidade rural, os alunos são deslocados para as escolas urbanas, com professores urbanos e colegas urbanos. As crianças, adolescentes ou jovens do campo esqueceriam sua identidade e cultura para serem socializados junto à infância, adolescência e juventude urbanas, com identidade e cultura urbanas. Políticas que expressam o total desrespeito às raízes culturais, identitárias dos povos do campo. Nem sequer a velha tradição de adaptar as políticas e normas à realidade rural teria mais sentido. (Arroyo, 2007, p.159)

Assim sendo, vale a pena registrar que o movimento do estudante campo/cidade nem sempre agradou a todos. Diante disso, há importantes observações a serem feitas, tendo em vista que essas colocações foram a um tempo bem distanciado, em que o jovem do campo possuía um distanciamento do jovem da cidade. Hodieramente, o campo, em muitos lugares, está permeado de (modernos) meios de comunicação, a televisão e a internet fazem com que a informação chegue a quase todo instante e a diferentes lugares que os aproxima em muitos aspectos, com exceções, claro, sem generalizar, pois, na extensão do território brasileiro há diferentes realidades.

Porém, com o intuito de garantir o acesso dos alunos às unidades de ensino, a Constituição Federal de 1988 declara em seu artigo 206, que “o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Neste artigo define a necessidade de se oferecer meios a todos que queiram frequentar uma escola.

E, também, no artigo 208, a CF explicita “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”, estabelecendo o dever de transportar os estudantes para onde possam frequentar a escola, facilitando a permanência.

Diante disso, há de se considerar que quanto ao deslocar-se, são dois programas fundamentais para amparar o acesso e permanência dos alunos das escolas da educação

básica pública, preferencialmente residentes em área rural, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e o programa Caminho da Escola.

O primeiro deles, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), foi instituído em 2004, segundo o Guia de Transporte (Brasil, s/d), onde se lê:

Instituído pela Lei nº 10.880, de 2004, o PNATE consiste na transferência automática de recursos financeiros aos estados, Distrito Federal e municípios, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere. Os recursos são destinados ao pagamento de serviços contratados junto a terceiros e despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras e serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou da embarcação utilizada para o transporte dos estudantes. (Brasil, s/d, p.4)

Esse é o programa governamental que dá suporte geral ao transporte dos estudantes brasileiros, em todo o território. Advém das ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia ligada ao Ministério da Educação responsável pela normatização e assistência financeira em caráter suplementar, contribui para uma melhor oferta de transporte escolar em todo o país.

Já o segundo, o programa Caminho da Escola é mais novo e permite a compra de transporte, que sirva para atender as comunidades diversas, não apenas transportes rodoviários. Há casos de localidades atendidas com barcos, por exemplo. O Guia do Transporte Escolar (s/d) assim expõe:

O programa Caminho da Escola foi criado em 2007, está disciplinado pelo Decreto nº 6.768, de 2009, e compreende a aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços, de veículos (ônibus, barco e bicicleta) padronizados para o transporte de escolar. Essa aquisição é feita por meio de recursos orçamentários do Ministério da Educação, de linha especial de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou de recursos próprios dos entes federativos que aderirem ao programa. (Brasil, s/d, p.4)

De acordo com o Guia do Transporte Escolar (Brasil, s/d, p. 4), a fiscalização e o controle social, ficam a cargo do Ministério Público, que é a instituição com a função de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais, além de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública assegurados pela Constituição Federal.

Na tentativa de solucionar as demandas quanto ao acesso às escolas pelos estudantes, e viabilizar a implementação de políticas públicas para a educação, o Ministério Público estabeleceu parceria com o FNDE, assinando termos de compromisso que preveem obrigações para as duas partes, visando sempre à garantia da educação de

boa qualidade para todos.

3.1 Estudos realizados acerca do transporte escolar rural

Como o Transporte Escolar Rural visa garantir o acesso à educação dos estudantes residentes na área rural é parte fundamental a ser executada pelos governos, sendo que esse transporte tem papel fundamental na garantia de acesso e permanência dos estudantes do campo nas escolas, sejam elas urbanas ou não, como nucleares rurais. E aprimorar essa prestação de serviço, trabalhar em prol da melhora do aprendizado dos estudantes que dela necessitam, fazendo desenvolver a educação se faz interesse dos pesquisadores da área de educação e seus correlacionados, inclusive justificam o interesse deste estudante e pesquisador.

Nessa perspectiva, muitos estudos já foram desenvolvidos, no que concerne à oferta, à qualidade, às restrições, às mudanças, aos impactos do serviço no acesso e permanência, na aprendizagem enfim, no todo que envolve o transporte escolar, principalmente no aspecto rural. Sobre o assunto, os pesquisadores (da Universidade Federal de Goiás, UFG) Carvalho; Leite; Nascimento (2016) realizaram um estudo de campo abrangendo todo o território brasileiro, coordenado pelo FNDE e a Universidade Federal do Tocantins, em que foram pesquisados 450 municípios, caracterizando o transporte escolar rural do Brasil.

A partir desse estudo, eles afirmam que os estudantes brasileiros que moram em zonas rurais, ainda passam por sérias dificuldades para terem acesso à educação e se manterem nas escolas. Os longos trajetos no transporte coletivo, afirmam Carvalho; Leite; Nascimento (2016), “trazem para as crianças desafios diários que por vezes as impedem de dar continuidade ao seu processo de aprendizagem.” (Carvalho; Leite; Nascimento, 2016, p.119). Na conclusão do trabalho, os pesquisadores apontam:

[...] Como esse serviço foi, por muito tempo negligenciado pelo poder público brasileiro, a situação de precariedade é grande, e as melhorias alcançadas ainda não conseguem qualificar o transporte escolar rural no Brasil como um serviço de qualidade. As melhorias observadas estão ocorrendo de uma forma lenta, porém gradual, e ainda existem grandes desafios, como a melhoria do sistema viário, e a redução do tempo de deslocamento dos alunos no trajeto de sua casa para a escola. (Carvalho; Leite; Nascimento, 2016, p.126). (Grifos nossos)

Nesse caso, os autores apresentam o transporte escolar rural, ainda ineficiente para garantir a permanência dos alunos da zona rural na escola urbana, neste caso em todo o território nacional. Esses pesquisadores não especificam local, referem-se ao todo.

Outra pesquisa, localizada no contexto da Universidade, mais especificamente no município de Arraias, é o de Cíntia Bispo de Jesus (O transporte escolar de estudantes da zona rural: dificuldades e desafios enfrentados no percurso, monografia, 2020) que apresenta como conclusão que, embora os transportes tenham sofrido uma melhora na infraestrutura, ainda precisam melhorar bastante:

[...] Na parte da segurança, pois os veículos contêm o cinto de segurança, porém, nem todos funcionam. [...] isso acaba dificultando bastante a segurança dos estudantes. [...] esses estudantes ainda enfrentam inúmeros desafios para que possam chegar até a escola, como pontes em situações precárias, estradas ruins e esburacadas, ônibus que estragam no caminho, e vários outros fatores. Portanto, mesmo diante dos avanços, percebe-se que os estudantes que vivem na área rural ainda se distanciam de algumas conquistas que eles têm direito de acordo com a Constituição, para tanto, é possível notar a falta das políticas públicas para amenizar tais necessidades e dificuldades que esses dependentes dos transportes enfrentam, como na manutenção das estradas, pontes e nos ônibus. (Jesus, 2020, p. 39)

Desse modo, a pesquisa supracitada demonstra a mesma preocupação e evidencia os mesmos desafios que a outra que retrata os 450 municípios brasileiros. O transporte escolar é, sem dúvida, de fundamental importância para os estudantes que buscam a aprendizagem em uma escola mais próxima, podendo ser rural nuclear ou urbana, porém ainda carece de itens capazes de dar tranquilidade aos estudantes transportados.

Essas colocações serão, mais à frente comparados com os dados adquiridos por este pesquisador, no bojo desta pesquisa. Relembrando que o foco deste são os participantes e suas conjecturas sobre o transporte escolar recebido pelos alunos da Escola Municipal Vereador Osvaldo Alves de Souza, no povoado Barreirão, município de Campos Belos (GO).

4 CONTEXTO DA PESQUISA

O local da pesquisa é o município goiano denominado Campos Belos, que segundo Garcia (2013), antes de se tornar município foi distrito dos municípios de Arraias e do Morro do Chapéu (Monte Alegre). Foi fundada sobre o solo de fazendas do município de Arraias, doadas à Paróquia Nossa Senhora da Conceição, por Ciríaco Antônio Cardoso e Maria Prima

G. Pinheiro, em 1893. Campos Belos elevou-se à categoria de município, com essa denominação, pela Lei Estadual de nº 954, de 13/11/1953, complementada pela Lei de nº 1274, de 14/12/1953.

Assim sendo, esses municípios tocantinense e goiano têm uma história em comum e partilham muitas características, no âmbito educacional, pois as trocas de estudantes sempre ocorreram. Ambas possuem universidades públicas, atendendo reciprocamente os estudantes de um e outro município/estado.

Consoante com Scalize, (2022, p.16), Campos Belos (GO) constitui-se um município, cuja população é estimada em 19.887 mil habitantes, possuindo a sede, cidade de Campos Belos, um distrito, o Pouso Alto, a uma distância de 50 Km da sede, e o povoado Barreirão, a 16 Km. Neste último está situada a Escola Municipal Osvaldo Alves de Souza, conhecida como escola do Barreirão, pois no seu início era assim denominada, ambiente dos estudantes participantes
/colaboradores da pesquisa.

O povoado Barreirão possui, aproximadamente, 250 moradores, uma escola municipal, posto de saúde, uma capela da Igreja Católica, salas de culto de Igrejas Protestantes (não há indicação correta do número), pequenos comércios, moradias simples, ruas, na maioria sem asfalto, tem água encanada, energia elétrica e tudo mais que o aproxima de uma pequena cidade. Vale a pena dizer que essas são verificações feitas junto aos moradores e o gestor da Escola, visto que não foram encontrados nos documentos oficiais dados exatos sobre o Povoado.

Nesse contexto, o PPP (2024) registra que a Escola Municipal Vereador Osvaldo A. de Souza, Código INEP 52012611, constitui-se uma pequena unidade com designação “rural”, administrada pela Secretaria Municipal de Campos Belos, com 06 salas de aula, funcionando em dois turnos, atendendo, no matutino de primeiro ao sexto ano, e no vespertino, alunos do pré-escolar I e II ao nono ano. Ressalta-se que o Pré I e o Pré II (vespertinos) funcionam em regime multisseriado, ou seja, ao mesmo tempo e na mesma

sala, assim como o 1º e 2º anos (matutinos), seguindo por ciclos de formação. As demais turmas obedecem a seriação. (PPPOAS, p.2)

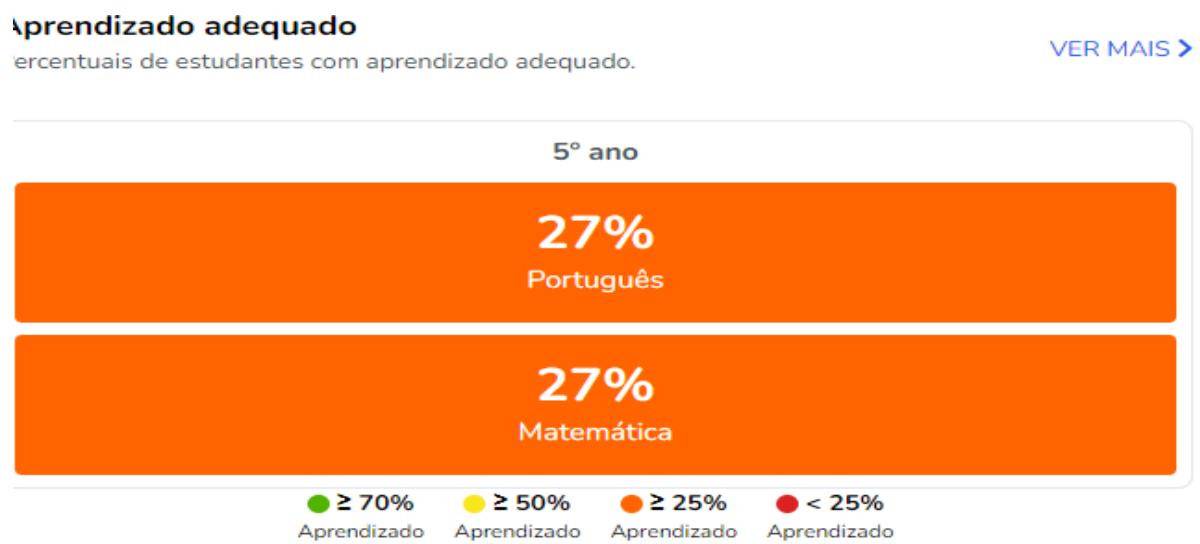
A história dessa escola é bem longa, sendo que em seu Projeto Político Pedagógico (2024) consta que seu início se deu em 1956, no terreno de seu Mariano Barbosa Júnior, professor renomado do passado da cidade de Campos Belos (GO). A transferência para o Povoado Barreirão se deu em 1975, sob a administração estadual, sendo ampliada, ao longo do tempo. Em 2004 efetivou-se a municipalização da escola e em 2014 passou a ser denominada escola Vereador Osvaldo Alves de Souza, antes Escola Barreirão.

Na Unidade Escolar, campo da pesquisa, trabalham 10 professores graduados, especialistas, segundo o seu PPP (2024). A gestão é democrática e realizada por um pedagogo, especialista em Educação do Campo. A unidade escolar conta com uma rede física razoável, possui cantina, pátio coberto para recreação, uma quadra de esportes adjacente, bom acervo bibliográfico, ventilação nas salas de aula e administrativas, sala de vídeos e afins, enfim os recursos básicos para o funcionamento e apoio pedagógico.

A descrição sobre os sujeitos discentes constante no QEdú é: “os estudantes estão entre meio e um desvio-padrão abaixo da média nacional do INSE¹. Considerando a maioria dos estudantes, a mãe/responsável e o pai/responsável têm o ensino fundamental incompleto ou completo e/ou ensino médio completo.” QEdú, INSE 2019)²

Os índices de aprendizagem adequada, constante no QEdú, são apenas do 5º ano, sendo 27% em Português e 27% em Matemática. Vejamos as imagens a seguir:

Figura 1: Demonstrativo de aprendizagem



Fonte: SAEB 2019, INEP. Classificação não oficial.

Fonte: QEDU, acesso em abril de 2024

¹ Nível socioeconômico das Escolas de Educação Básica

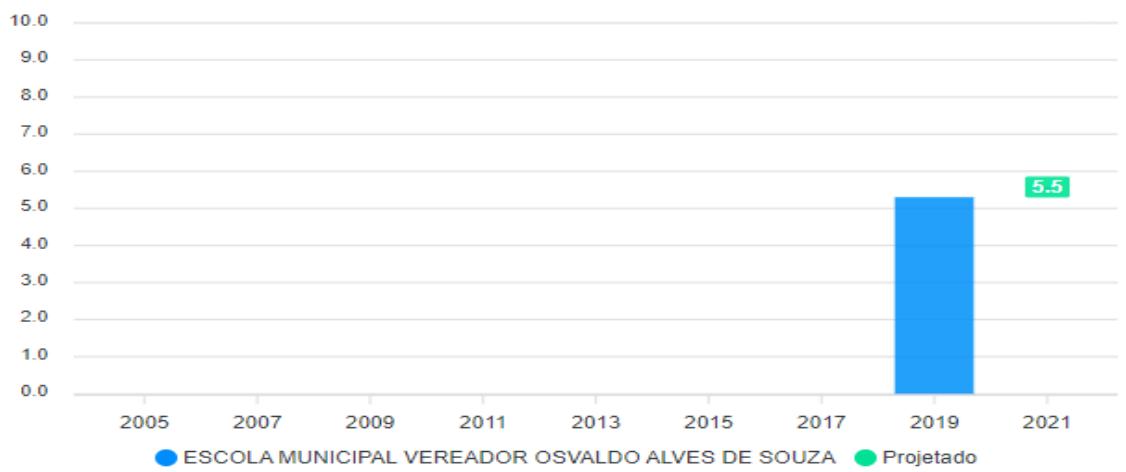
² <https://qedu.org.br/escola/52012611-escola-municipal-vereador-osvaldo-alves-de-souza>

A explicação para a imagem está na parte inferior, onde se registram quatro cores. (SAEB, INEP) A cor verde indica quando 70% dos alunos apresentam aprendizado adequado, a cor amarela explicita quanto se está um pouco abaixo desse percentual. Já a cor laranja, representa insucesso, ou seja, quando menos de 50% dos alunos demonstram aprendizado adequado. Nesse patamar, então, estava a escola, de acordo com a última coleta registrada (2019). Por fim, o vermelho ilustra que a grande maioria dos alunos não apresenta um bom nível de aprendizagem, em relação aos índices elencados para as avaliações externas.

Porém, o IDEB da escola não se apresenta em grande defasagem. A figura seguinte pode demonstrar isso:

Figura 2: Demonstrativo IDEB 2019

Evolução do IDEB



Fonte: QEDU, acesso, abril de 2024

Fonte: IDEB 2021, INEP.

Quanto ao IDEB, a Escola possui uma marca de 5.3, o que não a distancia do que estava projetado para o ano de 2019, ou seja, quase cumprindo com a meta a qual era de 5.5. No PPPOAS (2024) consta o número de aprovação de 80 alunos dos 84 matriculados, 1 evadido e 3 transferidos, sendo que pode-se compreender que os frequentes forma aprovados quase que maciçamente, não totalizando devido a uma evasão.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho que pretendeu verificar os desafios enfrentados pelos estudantes da zona rural que são transportados para a Escola Municipal Vereador Osvaldo A. de Souza, no povoado Barreirão/ Campos Belos (GO). Para isso, se constituiu de uma pesquisa qualitativa, de campo. Como instrumento para coleta de dados foi aplicado um questionário escrito aos estudantes que utilizam o transporte, a uma professora desses alunos, e ao gestor da escola que contribuiu ainda com conversas sobre o povoado. Desses instrumentos advêm os dados apresentados pelo pesquisador, analisado e refletido, ratificado a partir do que retratam, mas também de sua verificação em loco, sendo que ele se constitui um sujeito dessa realidade, realizando um trabalho como motorista de transporte escolar na mesma região

Para captação dos dados, aqui apresentados, optamos por escolher um certo número de participantes para responder os questionários e entrevista. São, então, 8 estudantes que utilizam o transporte escolar, 1 docente e o gestor da Escola Mul. Vereador Osvaldo A. de Souza. Além desses dados. A seguir será apresentada a caracterização da pesquisa, os participantes, e por fim os procedimentos e instrumentos. Este estudo teve a intenção de fazer uma breve análise de como se encontra os transportes escolares, e as dificuldades encontradas pelos estudantes durante seu percurso até a escola.

5.1 Caracterização da pesquisa

Este estudo, quanto a abordagem, buscou o tipo qualitativa, sendo uma pesquisa de campo, de natureza aplicada, com caráter exploratório e um aparato bibliográfico. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa qualitativa tem como objetivo maior a compreensão de um aspecto de determinado grupo social. Dessa forma, essa tipologia de pesquisa volta-se para os aspectos da realidade existente, os quais não podem ser calculados, mantendo seu foco na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais. Ou seja, a pesquisa qualitativa explica os fatos, porém não quantifica, visto que ao mesmo tempo em que o pesquisador é cientista ele também é o objeto de suas pesquisas.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 31)

Quanto a ser uma pesquisa de campo, é devido a caracterizar-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com diferentes recursos, incluindo o questionário e a entrevista. O aparato bibliográfico é a base, o referencial para as discussões e está presente em toda e qualquer tipo de pesquisa, sem o qual não há questionamentos, nem perguntas e nem respostas.

5.2 Os participantes/colaboradores

Como um dos objetivos, talvez o maior, temos o conhecer os sentimentos dos estudantes diante da maneira que o Estado/ município permitiu a eles o acesso e a suposta condição de permanência na escola. Pois, saber como as pessoas a volta verifica um fato, não há outro meio mais propício que não os dados serem advindos do todo que o envolve: estudantes transportados, professor que convive com eles, o gestor da escola, a quem cabe providenciar para que eles sejam atendidos por essa política pública, organizando e informando os responsáveis sobre a necessidade do transporte escolar para determinados fins.

Desse modo, nossos participantes diretos, além do gestor e professora, são alunos da escola Municipal Vereador Osvaldo A. de Souza, que moram nas fazendas ao redor do povoado, regularmente matriculados no Ensino fundamental, cursando entre o quinto e o nono ano. São crianças e jovens de pouca idade, de classe social não elevada, dependentes do trabalho dos pais e responsáveis, mas que ajudam na lida diária, quando não estão na escola.

Do segmento docente a participante é uma professora que está na escola há mais de 5 anos, convive (embora more em outro município) e ajuda a resolver os possíveis problemas advindos dessa circunstância e proporciona meios de o aluno chegar à aprendizagem. O gestor participante conhece de bem próximo os fatos. O diretor é graduado em Pedagogia, especialista em Educação do Campo.

Na organização dos dados, o primeiro P significa ‘participante’, o número é a ordem de abordagem, a letra final o cargo que exerce. Assim, o gestor é o P1G, a professora o P2P. Já os estudantes serão nomeados como P3, seguido do número de abordagem e entrega do questionário, por exemplo, P3.1, P3.2, e assim por diante. As respostas obtidas, por escrito, serão colocadas conforme foram registradas, apenas quando o disortografia de uma palavra prejudicar o entendimento será adequada pelo pesquisador, mas do contrário não será alterada. Assim, as respostas serão apresentadas em quadros específicos, uma a uma, a fim de dar fidedignidade ao trabalho. A próxima seção está composta pelos dados, a leitura deles, bem como as análises realizadas por nós.

6 OS DADOS E ANÁLISE

Os dados serão amostras legítimas da representação dos estudantes da região, sendo que alguns deles moram em fazendas ao redor do Povoado Barreirão. Há três quadros nessa seção: quadro 1, quadro 2 e quadro 3. As falas do P1G estarão no quadro 1, as do P2P no quadro 2 e as participações dos estudantes / alunos serão organizadas na sequência, no quadro 3.

A organização ocorre para que possam ser visualizadas com maior facilidade. Lembrando que a elição se deu por meio de questionários escritos, com o prévio consentimento e assinatura do TCLE, pelo próprio participante, ou no caso dos menores, pelo responsável.

Quadro 1: Participante P1G

<p>a) Os alunos da escola que fazem uso do transporte escolar, devido a morarem fora do povoado Barreirão, apresentam algumas queixas sobre a rotina deles? Se sim, quais?</p> <p>b) Esses estudantes têm a mesma frequência que os do entorno da escola?</p> <p>c) Qual sua percepção sobre o transporte escolar, em relação aos alunos que recebe? Há desafios a serem enfrentados?</p>
Respostas:
<p>a) <i>“Sim, apresentam. Mais especificamente no período chuvoso, que o transporte falta muito em função da condição das estradas”</i></p>
<p>b) <i>“Não. Principalmente em função dos problemas acima mencionados.”</i></p>
<p>c) <i>“Sim. Manutenção e cuidado com as estradas rurais de acesso à escola.”</i></p>

Fonte: elaborado pelo autor

Nesse quadro 1, nota-se que o gestor da Escola informa que os alunos reclamam das condições das estradas, as quais, no período chuvoso parecem não atribuir facilidades aos transportes, prejudicando a frequência dos alunos, o que influencia na aprendizagem, uma vez que os separa da intermediação docente constante no decorrer das aulas. Para o P1G os desafios a serem enfrentados estão na relação estradas e conservação.

O quadro 2, a seguir, está composto pelas declarações da professora participante.

Quadro 2: participante P2P

<p>a) Você, enquanto professor (a), verifica alguma diferença (de comportamento, de frequência, de rendimento, dentre outras) entre os alunos que usam o transporte escolar para percorrerem o caminho de casa até a escola?</p> <p>b) Os seus alunos, nessa condição de “transportado” apresentam algumas queixas ou elogios, agradecimentos ao transporte? Se sim, quais?</p> <p>c) E você, como professor, que avaliação faz do transporte escolar? Como ele impacta a vida escolar de seus alunos?</p>	<p>Respostas</p> <p>a) <i>“Sim. Verifico bastante. Pois o transporte escolar impacta diretamente a vida estudantil dos alunos. Percebo que a maioria das faltas desses alunos são devido a fatores ligados aos transportes. Alguns saem de casa muito cedo, ou retornam muito tarde, prejudicando o seu processo de aprendizagem, ou seja, o rendimento escolar.”</i></p> <p>b) <i>“As queixas geralmente ocorrem quanto ao horário que o transporte vai buscá-los, ou devolvê-los. Mas costumam evidenciar uma boa relação quanto aos motoristas. “</i></p> <p>c) <i>“Vejo o transporte escolar como essencial na Unidade Escolar, pois grande parte dos nossos estudantes são oriundos da zona rural. Nesse caso, a falta do transporte dificulta bastante, tanto o processo quanto à aprendizagem dos alunos.”</i></p>
--	---

Fonte: elaborado pelo autor

Verificando as respostas da P2P, a professora, alguns desafios são evidenciados.

Para ela o transporte escolar impacta sim na aprendizagem dos alunos, uma vez que faltam às aulas devido a ele não ser constante. Afeta também, segundo a participante, quanto ao tempo em que os alunos gastam para chegar até a escola, ou voltar dela, interferindo na qualidade de vida (descanso), o que também pode interferir nos processos da aprendizagem. Porém, a P2P reconhece que o transporte é de fundamental importância para os alunos, sendo que se ele faltar o aluno não tem como se deslocar até a escola. Essas respostas corroboram com as do P1G no sentido de que há desafios a serem resolvidos para que o transporte possa atender de modo satisfatório a comunidade escolar.

Esses desafios serão elencados no quadro 3, onde constam as considerações do segmento diretamente atendido pelo Transporte Escolar Rural.

Quadro 3: participante P3 de P3.1 a P8

- a) Você gosta de estudar na sua escola? Por quê?
- b) Em que período do dia você estuda?
- c) Como, com qual meio de transporte vai para a escola?
- d) A que hora sai de sua casa para ir à escola? Isso é bom, ou ruim, na sua percepção?
- e) Quais suas maiores dificuldades no trajeto casa/escola?
- f) Quais são seus sentimentos em relação ao transporte escolar que usa?
- g) Como você é tratado pelo agente transportador (motorista ou outro)?

P3.1

- a) "Sim. Ler é muito bom!"
- b) No período matutino"
- c) "Carro pequeno"
- d) "6 horas." (Não respondeu outra pergunta)
- e) "Estrada cheia de buracos."
- f) "Eu gosto".
- g) "Bem".

P3.2

- a) "Sim. Porque na Escola Osvaldo são poucos alunos na sala de aula e o aprendizado dos alunos são melhor".
- b) "à tarde".
- c) "No ônibus da prefeitura de Campos Belos".
- d) "Meio dia, pra mim é bom".
- e) "Minha maior dificuldade é de compreender muito". (Não compreensível).
- f) "Que possa melhorar mais."
- g) "Por enquanto estou sendo bem tratado quanto com alunos e motorista".

P3.3

- a) "Porque é uma escola muito bom para estudar e aprender melhor".
- b) "O período da tarde".
- c) "Van é o melhor para ir à escola".
- d) "Meio dia e dez, bom para ir à escola".
- e) "A van passa algumas casas para pegar aluno".
- f) "Bom, o motorista é bom a pessoas".
- g) "Com os meus amigos mi trata bem, o motorista também".

P3.4

- a) "Porque lá eu estudo muito, tenho vários amigos, gosto do meu professor e sou muito estudioso".
- b) "Estudo de manhã."
- c) "Vou de carro".
- d) "06:30 hs. Eu acho bom porque eu acordo com meu 'célebro' um pouco com sono, mas é bom."
- e) "Tenho sim, porque tem horas que o cai árvores na estrada, tem hora que o carro não vem e tem hora que ele atola e ninguém vem desatolar"
- f) "Eu tenho um sentimento de carinho e gratidão porque me leva até minha escola, mas deixa a desejar em vários aspectos".
- g) "Sou tratado com muito respeito, cuidado e muita amizade".

P3.5

- a) "Porque eu leio e escrevo".
- b) "À tarde".
- c) "Van".
- d) "Meio dia, mas tem dia que chega atrasado na escola aí é ruim".
- e) "nem uma".
- f) "É que ele sempre chega atrasado na escola".
- g) "Mais ou menos".

P3.6

- a) "Sim, porque os professores ensina muito bem".
- b) "à tarde".
- c) "vá" (Van)
- d) "11:15. É bom".
- e) "Nenhuma"
- f) "Alegria"
- g) "Muito bom".

P3.7

- a) "Sim. Porque a Escola tem professoras que ensina melhor para os alunos".
- b) "À tarde".
- c) "Van escolar".
- d) "Meio dia que saio para a escola. Isso é bom".
- e) "A van passa na casa dos alunos".
- f) "é bom que o banco é limpo, tem 'fentilação' (ventilação) melhor na janela tem cortina".
- g) "Muito bom".

P3.8

- a) "Sim, porque é uma escola muito boa, tem ótimos professores, estudo nessa escola desde da Educação Infantil.
- b) "No período matutino".
- c) "Vou a escola de transporte escolar público".
- d) "Eu saio da minha casa 5:45 da manhã, na minha percepção isso é ruim porque o transporte escolar passa muito cedo, e os alunos ficam uma hora de relógio na frente da escola, aguardando o horário de entrar para a sala de aula".

- e) “*Minha maior dificuldade é o trajeto que percorro a pé, até chegar no lugar aonde a van passa, esse trajeto é uns 600m da minha casa, no período chuvoso as vezes a gente molha aguardando o carro. O transporte falha muito no período chuvoso, pelo motivo das estradas não ter cascalho e às vezes fica impossível dos carros transitar[...]*”.
- f) “*Meu sentimento em relação ao transporte escolar é de incapacidade, sabemos que é um direito de todos que estudam na rede pública, e que vem verbas para manter as estradas em estado transitável, mas aqui não fazem reparos nas estradas. O transporte falha muito e perdemos muita aula por esse motivo. [...] É perceptivo que esse direito está sendo negado aqui na comunidade Quilombola Brejão*”.
- g) “*O motorista trata todos os alunos bem*”.

Fonte: elaborado pelo autor

Nota-se, no quadro 3, do grupo de participantes diretamente atendido pelo transporte escolar, que todos os estudantes afirmam gostar da escola. Os motivos pelos quais os estudantes gostam são variados. Porque “ler é muito bom”, também porque “tem poucos alunos e isso faz com que o aprendizado seja bom, ou ainda, “lá tem muitos amigos” e gosta do professor, os professores ensinam bem, além de outros.

Dentre os oito participantes apenas 3 são do turno matutino, os outros cinco frequentam a escola no vespertino. O meio de transporte usado no traslado, segundo eles, é carro pequeno para dois do turno matutino, van para quatro do vespertino e para um é ônibus. P3.8 não identificou a condução usada.

Quanto aos horários de sair de casa, os estudantes declararam sair entre 5h45 e 6h30 para os que estudam no turno matutino, e entre os que estudam à tarde o horário se fixa entre 11h15 (P3.6) e meio-dia. Observa-se que há entre o primeiro horário de saída de casa (5h45), pela manhã, mais de uma hora para o início da aula. No caso do vespertino, o aluno que sai às 11h15 espera pela aula, seja no transporte ou na porta da escola, quase duas horas, ou seja, 1h45.

No concernente às dificuldades encontradas no ir e vir, P3.1 informa que é a estrada cheia de buracos, a P3.2, não respondeu de forma compreensível e P3.3 afirma que é o fato de a van passar de casa em casa para pegar outros alunos. O participante P3.4 alega que, às vezes o transporte fia impedido de trafegar, pois, “*cai árvores na estrada*” também, em outras vezes, que o carro não vem e “*tem hora que ele atola e ninguém vem desatolar*”. Já P3.5 e P3.6 dizem não ter nenhuma dificuldade com o trajeto casa-escola, enquanto P3.7 informa, igualmente a P3.3, que é o fato de passar de casa em casa para buscar demais alunos.

A participante P3.8 respondeu ao questionário com longas colocações, bem voltadas às perguntas, escreveu em um papel a parte, suas respostas. Sobre as

dificuldades, P3.8 relata que sai de casa às 5h45, tem de percorrer, a pé, uma distância de 600m para alcançar o transporte, e que em dias chuvosos, toma muita chuva, esperando a chegada do transporte. Além disso, o

transporte falta por problemas com as estradas que não permitem o trânsito, em época de chuvas intensas, provocando ausência às aulas e, além do mais, há que ficar, diariamente, diante da escola esperando abrir para que adentrem, uma vez que o transporte deve seguir para outras linhas.

Nesse aspecto, verificam-se os mesmos desafios que foram apresentados nos estudos de outras localidades, mas o ponto mais coincidente é a qualidade das estradas e a distância em que estão os alunos das escolas. Sobre a qualidade do meio, do automóvel, não foram registradas queixas, porém alguns elogios, no caso da van.

Sobre os sentimentos em relação ao transporte em si, não há desagrado, com exceção da P3.8 que se sente incapaz de resolver as suas pendências em relação a ele, mas que não demonstra ser contrária ao transporte e sim às condições dadas a ele pelos administradores das estradas vicinais. Sentimentos como alegria, gratidão aparecem em três dos oito registros. De forma unânime, os motoristas (agente transportador) foram apontados como de tratamento respeitoso, cuidados e amigo para com os estudantes, nenhuma queixa. O que indica que há qualidade nesse aspecto.

Assim sendo, os dados são conclusivos, no sentido de que os alunos faltam na escola devido à falta do transporte escolar público. A carência de regularidade no transporte é o que mais acarreta ausência às aulas. Tal evidência leva a perceber que se a aprendizagem adequada pode ser comprometida pela ausência nas aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se, primeiro, que o transporte escolar rural ofertado pelos governos federal, estadual, municipal é uma alternativa para oferecer condições de deslocamento de estudantes sem precedentes. Os estudos mostram que com essa parte as políticas públicas estão cumprindo o que está estabelecido. Com o município de Campos Belos ocorre o mesmo, pois os participantes não apontaram nenhum desagrado com a qualidade dos veículos oferecidos como transporte.

O que se tem de dizer, em segundo lugar é que mesmo que as pesquisas apresentadas demonstrem alguns desafios a serem ainda dirimidos, não há outro meio mais apropriado para esse movimento em prol da educação que seja *do campo*.

Nesta pesquisa, entre os participantes, tanto o P1G quanto a P2P, que são segmentos escolares diretamente ligados à dados sobre a aprendizagem e aos processos nela embutidos, reconhecem que o transporte escolar público é vital para a existência da escola do campo. É ele que permite, ou deve permitir, que os estudantes desse contexto possam se deslocar para onde recebem escolarização, de acordo com sua escolha.

No entanto, referente aos problemas/desafios apontados, nota-se uma insatisfação em torno da inconstância do transporte escolar rural pelos seus utentes (estudantes) e organizadores da rotina escolar, não com o programa em si, mas com a forma com que se trata as vias por onde ele acontece, principalmente com as condições das estradas.

Isso aponta para uma inoperância dos gestores públicos para com os sujeitos do campo, ignorando que eles dependem dessas estradas, não só para encaminhar-se para escola, mas em suas vidas como um todo. Pois, as estradas não só são a base para o acesso e a permanência dos estudantes na escola, mas também o acesso para outros quesitos da vida diária, com atendimento médico, compra e venda de produtos, dentre muitos assuntos. Pelo que se verifica, não adianta ter um veículo para transporte, se ele não for adequado e não tiver vias por onde trafegar em segurança.

Assim sendo, a Escola Municipal Osvaldo Alves de Souza, Barreirão, Campos Belos (GO) vivencia as mesmas faltas de condições existentes em outros lugares, para o ir e vir de seus estudantes que moram em fazendas, sítios e chácaras do seu entorno. E, assim, os agentes da aprendizagem ficam cercados de garanti-la, com excelência, para os estudantes transportados, uma vez que esses estão submetidos às condições climáticas, tais como chuvas em excesso e, por isso, precisam se ausentar da escola, algumas vezes.

Contrastando estudos anteriores, elenca-se a pesquisa de Jesus (2020) a qual esclarece que os estudantes participantes da sua pesquisa enfrentam inúmeros desafios para que possam chegar até a escola, como pontes em situações precárias, estradas ruins e esburacadas, ônibus que estragam no caminho, e vários outros fatores. Bem como esclarecem Carvalho; Leite; Nascimento (2016), ainda existem sérios indícios de soluções a serem tomadas, como a melhoria do sistema viário, e a redução do tempo de deslocamento dos alunos no trajeto de sua casa para a escola. Esses não são desafios distantes dos encontrados em nosso estudo, pelo contrário, são compatíveis.

Então, os dados obtidos neste estudo agem levando-nos à conclusão de que, mesmo diante dos avanços nos programas, na compreensão sobre ser “do campo”, os estudantes que vivem em áreas rurais, em vários contextos desse país, inclusive no Barreirão e adjacências, ainda carecem de algumas conquistas as quais garante a Constituição Federal.

Contudo, conforme deve se dar em uma escola do campo, o gestor, da escola Vereador Osvaldo de Souza, é um sujeito do processo, inclusive com a especialização em Educação do Campo, o que importa significativamente, pois como participante dos processos que envolvem a dinâmica e a uma construção de uma escola dessa designação reconhece e luta em favor da aprendizagem dos alunos, acompanhado pelo corpo docente e administrativo da Unidade Escolar estudada.

Gostaríamos que nosso interesse sobre o transporte escolar rural se estendesse a outros estudantes, professores, gestores municipais e demais relacionados com a educação e, assim pudesse dar suporte às discussões e, principalmente, na solução desses desafios elencados.

REFERÊNCIAS

ARROYO, MIGUEL GONZALEZ. **Políticas de formação de educadores(as) do campo.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007
Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/> Acesso em 27 de março de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 de abril de 2024.

BRASIL. Guia do transporte escolar. FNDE/MEC.
Disponível em : https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate/media-pnate/cartilhas-e-manuais/guia_do_transporte_escolar.pdf.

CALDART, R. S. **Educação do campo.** In: CALDART, R. S. et al (org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

CAMPOS, Oliveira Roberto da. **Educação no campo e Desenvolvimento Rural.** Disponível em: <lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_engaa_2012/eixos/1318_2.pdf>, Acesso em 15 de abril de 2024.

CARVALHO, Willer. L.; LEITE, P. S.; NASCIMENTO, H. P. **O processo evolutivo do transporte escolar rural brasileiro no modo rodoviário.** Revista Eletrônica de Engenharia Civil. Vol. 13 - nº 1. 2016.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude do Campo.** In: CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DEMO, Pedro. **Atividades de aprendizagem:** sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante [recurso eletrônico] / Pedro Demo. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2018.

GARCIA, Junia J. **Os padrões silábicos das variedades de português da região de Campos Belos, Goiás.** Dissertação. Brasília, DF: UnB, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

JESUS, Cíntia Bispo. **O transporte escolar de estudantes da zona rural:** dificuldades e desafios enfrentados no percurso, Monografia. Arraias (TO): UFT, 2020.

MENEZES, Priscylla Karoline de. **O Jovem do Campo:** uma faceta da(s) Juventude(S) Contemporâneas no estado de Goiás. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 29, p. 170-200, 2016.

MENEZES, Priscylla Karoline de. **Ser jovem, ser estudante, ser do campo:** a concepção de rural e urbano para jovens estudantes em escolas públicas das cidades de

Goiânia e Trindade. 2014. 144f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, 2014.

NETO, Luiz Bezerra. **Educação rural no Brasil**: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo / Luiz Bezerra Neto. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

PEGORETTI, Michella Sagrillo. **Definição de um indicador para avaliar a acessibilidade dos alunos de zona rural às escolas da zona urbana**. Dissertação de mestrado. São Carlos (SP):UFSCAR, 2005.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Vereador Osvaldo Alves de Souza, 2024

SCALIZE, Paulo Sérgio [org]. **Diagnóstico dos municípios que integram o Projeto SanRural**: Campos Belos, Goiás - 2019 [Ebook] / Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF). - Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

SOUZA-CHALOBA, Rosa Fátima de; MORAES, Agnes Iara Domingos. **200 anos de Educação Rural no Brasil**: histórias de exclusão, abandono e discriminação (artigo). Educação em Foco, ano 25, n. 46 - mai./ago. 2022 | e-ISSN-2317-0093 | Belo Horizonte (MG).

QEDU. **Portal de dados educacionais**. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/52012611-escola-municipal-vereador-osvaldo-alves-de-souza>. Acesso abril de 2024.

VASCONCELLOS, E. A. **População Rural e Acesso à Educação no Estado de São Paulo**: análise da política pública. Tese de Doutorado em Ciência Política.USP, SP. 1992.

APÊNDICES

Nº1- TCLE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS PROF. DR.
SÉRGIO JACINTHO LEONOR
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO- ARTES
VISUAIS E MÚSICA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, abaixo assinado, declaro consentimento (livre e esclarecido) a **Iruam Adão Alves** para que use as informações dadas por mim, ou por quem sou responsável, na modalidade questionário ou entrevista gravada, no contexto da sua pesquisa de campo, **O transporte escolar na zona rural: desafios encontrados pelos estudantes da Escola Municipal Barreirão em Campos Belos (GO)**, desenvolvida em prol da graduação em **Licenciatura em Educação do Campo-Artes Visuais e Música**, Universidade Federal do Tocantins (UFT), no decorrer do mês de março, do ano de 2024. A pesquisa objetiva saber sobre o transporte escolar e suas implicações na escolarização dos estudantes que vivem no campo, e, por conseguinte, trazer à tona as dificuldades enfrentadas por estudantes da Educação Básica, moradores da zona rural que estudam na zona urbana, ou em escola nuclear rural, levados por ônibus escolares e outras conduções estipuladas para o transporte. Os dados serão utilizados em um trabalho monográfico e apresentado à Universidade e interessados.

Participantes/colaboradores

/ /2024

Nº2- QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS PROF. DR.
SÉRGIO JACINTHO LEONOR
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO-
ARTES VISUAIS E MÚSICA**

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES/ COLABORADORES

NOME DA PESQUISA:O transporte escolar na zona rural: desafios encontrados pelos estudantes da Escola Municipal Barreirão em Campos Belos (GO)- Iruam Adão Alves

Participante 1. Gestor

- d) Os alunos da escola que fazem uso do transporte escolar, devido a morarem fora do povoado Barreirão, apresentam algumas queixas sobre a rotina deles? Se sim, quais?
- e) Esses estudantes têm a mesma frequência que os do entorno da escola?
- f) Qual sua percepção sobre o transporte escolar, em relação aos alunos que recebe? Há muitos desafios a serem enfrentados?

Participante 2. Professor (a)

- d) Você, enquanto professor (a), verifica alguma diferença (de comportamento, de frequência, de rendimento, dentre outras) entre os alunos que usam o transporte escolar para percorrerem o caminho de casa até a escola?
- e) Os seus alunos, nessa condição de “transportado” apresentam algumas queixas ou elogios, agradecimentos ao transporte? Se sim, quais?
- f) E você, como professor, que avaliação faz do transporte escolar? Como ele impacta a vida escolar de seus alunos?

Participante 3. Estudante da Escola Municipal Barreirão que usa o transporte escolar

- h) Você gosta de estudar na sua escola? Por quê?
- i) Em que período do dia você estuda?
- j) Como, com qual meio de transporte vai para a escola?
- k) A que hora sai de sua casa para ir à escola? Isso é bom, ou ruim, na sua percepção?
- l) Quais suas maiores dificuldades no trajeto casa/escola?
- m) Quais são seus sentimentos em relação ao transporte escolar que usa?
- n) Como você é tratado pelo agente transportador (motorista ou outro)?